I FÓRUM INTERNACIONAL
DA JUDICIALIZAÇÃO
DA SAÚDE

26 e 27/03/2026

A SAÚDE SUPLEMENTAR EM DIÁLOGO COM A SOCIEDADE, O ESTADO E A CIÊNCIA

edital oficial

Realização:

emescam

Apoio:

FAPES

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional

EMES

OAB

APRESENTAÇÃO

As transformações sociais, econômicas e tecnocientíficas que marcam o início do século XXI têm impactado profundamente os sistemas de saúde, as estruturas regulatórias e os processos decisórios que orientam a garantia do direito fundamental à saúde. No Brasil, esses desafios se revelam de modo ainda mais complexo no campo da saúde suplementar, cuja configuração jurídica, contratual, assistencial e econômica passou, nas últimas décadas, por intensa disputa interpretativa, regulatória e judicial.

Nesse cenário, a judicialização da saúde suplementar emergiu como um dos fenômenos mais expressivos e debatidos no país, repercutindo diretamente na vida dos beneficiários, na atuação dos profissionais de saúde, no equilíbrio dos contratos, na sustentabilidade do setor e na formulação de políticas públicas.

Paralelamente, a aceleração da inovação médica e farmacêutica, a incorporação de tecnologias de alto custo, a ampliação das demandas sociais por acesso a terapias especializadas e a crescente complexidade dos litígios envolvendo cobertura assistencial revelam a necessidade de reflexão crítica, interdisciplinar e internacionalizada sobre os limites éticos, jurídicos, econômicos e científicos que devem orientar o setor privado de saúde.

Assim, compreender a judicialização da saúde suplementar exige examinar, simultaneamente, o papel do Estado, da regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), dos profissionais de saúde, das operadoras, dos prestadores e do Poder Judiciário, além de incorporar evidências científicas, avaliações econômicas, princípios constitucionais e parâmetros bioéticos que fundamentem decisões responsáveis e alinhadas ao sistema constitucional brasileiro.

Nesse contexto, o I Fórum Internacional da Judicialização da Saúde: a saúde suplementar em diálogo com o Estado, a sociedade e a ciên-cia constitui-se como um espaço estratégico, interdisciplinar e inova-dor, concebido para reunir pesquisadores, juristas, gestores públicos

e privados, profissionais de saúde, reguladores, autoridades, estudantes e representantes da sociedade civil.

O Fórum é estruturado sob o mote “Direito Fundamental à Saúde e a Saúde Suplementar no Desenho Constitucional Brasileiro”, tema escolhido em razão das tensões contemporâneas entre direitos fundamentais, relações contratuais privadas, regulação estatal e bases científicas que orientam a cobertura obrigatória de tratamentos.

Com base nessas premissas, o evento foi organizado em quatro painéis teóricos centrais que tratam do panorama nacional e internacional, aspectos regulatórios, impactos econômicos e fundamentos constitucionais e bioéticos da judicialização.

A realização do Fórum pela EMESCAM reafirma o compromisso institucional com a produção de conhecimento crítico, interdisciplinar e socialmente relevante, aproximando academia, sociedade e instituições públicas e privadas, promovendo diálogo construtivo sobre os rumos da saúde suplementar no Brasil.

Espera-se que o evento contribua para o fortalecimento da cultura de participação, transparência e diálogo intersetorial, ampliando a compreensão do fenômeno da judicialização e produzindo recomendações úteis para profissionais, pesquisadores, reguladores, operadores do direito e tomadores de decisão.

MISSÃO DO EVENTO

A missão do I Fórum Internacional da Judicialização da Saúde é promover um espaço qualificado, interdisciplinar e internacionalmente referenciado de diálogo entre Estado, sociedade civil, academia, operadores do direito, profissionais de saúde, prestadores, operadoras e instituições reguladoras. Busca-se fortalecer a compreensão crítica e científica da judicialização da saúde suplementar, contribuindo para decisões mais transparentes, coerentes, fundamentadas e constitucionalmente orientadas.

OBJETIVOS DO EVENTO

- Desenvolver análise aprofundada dos fundamentos constitucionais que orientam o direito à saúde no setor suplementar.
- Discutir experiências nacionais e internacionais sobre judicialização da saúde suplementar.
- Examinar evidências científicas e avaliações econômicas aplicadas à cobertura assistencial.
- Debater diretrizes regulatórias e os limites jurídicos da cobertura obrigatória.
- Produzir recomendações para gestores, reguladores, operadores do direito e profissionais de saúde.
- Fomentar a pesquisa acadêmica, a produção científica e a internacionalização do debate.

ESTRUTURA DAS CONFERÊNCIAS E PAINÉIS TEMÁTICOS

Painel 1: Judicialização e acesso ao sistema de saúde suplementar - perspectivas nacional e internacional.

Painel 2: Regulação do sistema de saúde suplementar no Brasil.

Conferências de Abertura: O direito fundamental à saúde e a saúde suplementar na Constituição Federal de 1988.

Painel 3: Impactos econômicos, sociais e de saúde da judicialização do sistema de saúde suplementar - perspectivas nacionais e internacionais.

Painel 4: Bioética, direitos fundamentais e o futuro da judicialização do sistema suplementar de saúde.

INSCRIÇÕES

As inscrições para participação no evento, com vagas limitadas, serão realizadas exclusivamente por meio do portal oficial do evento no botão INSCREVA-SE. Os valores serão disponibilizados online no site oficial.

SUBMISSÃO DE TRABALHOS

A submissão de trabalho poderá ser realizada independentemente da inscrição para participação.

O envio de trabalhos ao evento será realizado exclusivamente no site oficial do evento, respeitando-se as normas de submissão.

A submissão de trabalhos será realizada em formato de resumo simples, limitado a 2.500 caracteres, incluindo espaços. Serão aceitos até o dia 5 de março (veja o template de submissão no site do evento).

O resumo deve conter obrigatoriamente:

- Título (em português e inglês)
- Autores e afiliações (máximo 3 autores)
- Introdução
- Objetivos
- Método
- Resultados (parciais ou finais)
- Conclusões
- Palavras-chave (3 a 5)
- Referências (no mínimo 3 referências atuais e auditáveis, de acesso aberto)

EIXOS TEMÁTICOS PARA SUBMISSÃO

Eixo 1: Jurisprudência em cobertura de tratamentos na saúde suplementar.

Eixo 2: Avaliação econômica e/ou científica na judicialização da saúde suplementar.

Eixo 3: Literatura brasileira e comparada sobre judicialização da saúde suplementar.

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos aprovados para publicação serão disponibilizados pela Comissão Organizadora do evento em totens eletrônicos durante a realização do evento.

AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

A Comissão Científica avaliará os trabalhos considerando: aderência ao tema, enquadramento ao eixo temático, rigor científico, clareza textual, originalidade e autenticidade, bem como a relevância para o debate.

Não há limite para quantidade de autores em cada resumo.

PUBLICAÇÃO DOS TRABALHOS

A submissão de trabalhos não supõe a aprovação da publicação do trabalho. Somente serão publicados nos anais do evento os trabalhos que recebam comunicado individual e expresso de aprovação para a publicação nos anais do evento, por e-mail da Comissão Científica do evento, para cada submissão realizada.

DISPOSIÇÕES FINAIS

A submissão dos trabalhos implica concordância integral com os termos deste edital. Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do I Fórum Internacional da Judicialização da Saúde, por decisão interna das comissões do evento.

Paulo André Stein Messetti

Presidente do I Fórum Internacional da Judicialização da Saúde

26 e 27/03/2026

I FÓRUM INTERNACIONAL DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

I INTERNATIONAL FORUM ON THE JUDICIALIZATION OF HEALTH

SUPPLEMENTARY HEALTHCARE SYSTEM IN DIALOGUE WITH SOCIETY, THE STATE AND SCIENCE

call for applications

Realização:

emescam

Apoio:

FAPES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional

EMES

OAB

PRESENTATION

The social, economic, and technoscientific transformations that have marked the beginning of the 21st century have profoundly impacted health systems, regulatory structures, and the decision-making processes that guide the guarantee of the fundamental right to health. In Brazil, these challenges become even more complex in the field of supplementary health care, whose legal, contractual, care-related, and economic configuration has, in recent decades, been the subject of intense interpretative, regulatory, and judicial dispute.

In this context, the judicialization of supplementary health care has emerged as one of the most significant and debated phenomena in the country, directly affecting the lives of beneficiaries, the practice of health professionals, contractual balance, sector sustainability, and the formulation of public policies.

At the same time, the acceleration of medical and pharmaceutical innovation, the incorporation of high-cost technologies, the expansion of social demands for access to specialized therapies, and the growing complexity of disputes involving health coverage reveal the need for critical, interdisciplinary, and international reflection on the ethical, legal, economic, and scientific limits that should guide the private health sector.

Thus, understanding the judicialization of supplementary health care requires examining, simultaneously, the role of the State, the regulation carried out by the National Supplementary Health Agency (ANS), health professionals, operators, providers, and the Judiciary, while also incorporating scientific evidence, economic evaluations, constitutional principles, and bioethical parameters that support responsible decisions aligned with the Brazilian constitutional system.

In this context, the I International Forum on the Judicialization of Health: supplementary health care in dialogue with the State, society, and science is established as a strategic, interdisciplinary, and innovative space, designed to bring together researchers, jurists, public and

private managers, health professionals, regulators, authorities, students, and representatives of civil society.

The Forum is structured around the theme “The Fundamental Right to Health and Supplementary Health Care in the Brazilian Constitutional Design”, chosen due to contemporary tensions between fundamental rights, private contractual relations, state regulation, and the scientific bases that guide mandatory treatment coverage.

Based on these premises, the event is organized into four central theoretical panels addressing the national and international landscape, regulatory aspects, economic impacts, and the constitutional and bioethical foundations of judicialization.

By hosting the Forum, EMESCAM reaffirms its institutional commitment to the production of critical, interdisciplinary, and socially relevant knowledge, bringing academia, society, and public and private institutions closer together and promoting constructive dialogue on the future of supplementary health care in Brazil.

The event is expected to contribute to strengthening a culture of participation, transparency, and intersectoral dialogue, broadening the understanding of the phenomenon of judicialization and producing useful recommendations for professionals, researchers, regulators, legal practitioners, and decision-makers.

EVENT MISSION

The mission of the I International Forum on the Judicialization of Health is to promote a qualified, interdisciplinary, and internationally referenced space for dialogue among the State, civil society, academia, legal practitioners, health professionals, providers, operators, and regulatory institutions. The aim is to strengthen a critical and scientific understanding of the judicialization of supplementary health care, contributing to more transparent, coherent, well-founded, and constitutionally oriented decisions.

EVENT OBJECTIVES

- To develop an in-depth analysis of the constitutional foundations that guide the right to health in the supplementary sector.
- To discuss national and international experiences regarding the judicialization of supplementary health care.
- To examine scientific evidence and economic evaluations applied to health coverage.
- To debate regulatory guidelines and the legal limits of mandatory coverage.
- To produce recommendations for managers, regulators, legal practitioners, and health professionals.
- To foster academic research, scientific production, and the internationalization of the debate.

STRUCTURE OF CONFERENCES AND THEMATIC PANELS

Panel 1: Judicialization and access to the supplementary health system: national and international perspectives.

Panel 2: Regulation of the supplementary health system in Brazil.

Opening Lectures: The fundamental right to health and supplementary health care in the Federal Constitution of 1988.

Panel 3: Economic, social, and health impacts of the judicialization of the supplementary health system: national and international perspectives.

Panel 4: Bioethics, fundamental rights, and the future of the judicialization of the supplementary health system.

REGISTRATION

Registration for the event, with limited spaces available, will be done exclusively through the official event portal via the REGISTER button. Prices will be available online on the official website.

PAPER SUBMISSION

Submission of papers may be done independently of registration for participation.

Submission of papers to the event will be done exclusively through the event's official website, respecting the submission guidelines.

Paper submissions will be accepted in the form of a simple abstract, limited to 2,500 characters, including spaces, and will be accepted until March 5 (see template at the event website).

The abstract must mandatorily include:

- Title (in Portuguese and English)
- Authors and affiliations (maximum of 3 authors)
- Introduction
- Objectives
- Method
- Results (partial or final)
- Conclusions
- Keywords (3 to 5)
- References (at least 3 current, auditable, open-access references)

THEMATIC AXES FOR SUBMISSION

Axis 1: Case law on treatment coverage in supplementary health care.

Axis 2: Economic and/or scientific evaluation in the judicialization of supplementary health care.

Axis 3: Brazilian and comparative literature on the judicialization of supplementary health care.

PRESENTATION OF PAPERS

The papers approved for publication will be made available by the Event Organizing Commission on electronic totems during the event.

EVALUATION OF PAPERS

The Scientific Commission will evaluate the papers considering adherence to the theme, alignment with the thematic axis, scientific rigor, textual clarity, originality and authenticity, as well as relevance to the debate.

There is no limit to the number of authors in each paper.

PUBLICATION OF PAPERS

The submission of papers does not imply approval for publication. Only papers that receive individual and explicit approval for publication in the event proceedings, communicated by email by the Scientific Commission for each submission made, will be published in the event proceedings.

FINAL PROVISIONS

The submission of papers implies full agreement with the terms of this call. Any omitted cases will be resolved by the Organizing Commission of the I International Forum on the Judicialization of Health, by internal decision of the event commissions.

Paulo André Stein Messetti

President of the I International Forum on the Judicialization of Health